



Prefeitura Municipal

ESTADO DE M
CNPJ 15.023

Materia Legislativa - 2373/2025
Tipo: PL - Projeto de Lei Executivo
Data: 25 de Setembro de 2025
Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS
DA LEI MUNICIPAL N.
1.107.2001, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

MT

PROJETO DE LEI Nº 2.373/2025

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL nº 1.107/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em discussão e votação
na Sessão ORDINÁRIA de 01 DEZ/2025

Lido em 29 SET/2025
Responsável

Autoria: Executivo Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **VALDEMAR GAMBA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1.º** Fica o Poder Executivo autorizado a promover a reestruturação do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Alta Floresta, acrescentando, alterando dispositivos e anexo da Lei Municipal n.º 1.107/2001.
- Art. 2.º** Cria o ANEXO VIII-A que trata da Tabela de Vencimentos específica para o perfil ocupacional de Fiscal de Tributos, desvinculada da tabela dos demais perfis profissionais do cargo de “Técnico de Arrecadação e Fiscalização - TAF”, previstas no atual Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Município de Alta Floresta/MT, conforme a seguir:

ANEXO VIII-A

TÉCNICO DE ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - FISCAL DE TRIBUTOS - 40H

| | | Classes | | | | |
|--------|----|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | | A | B | C | D | E |
| Coef. | | 1,00 | 1,35 | 1,60 | 1,85 | 2,00 |
| Níveis | 1 | R\$ 3.353,03 | R\$ 4.526,59 | R\$ 5.364,85 | R\$ 6.203,11 | R\$ 6.706,06 |
| | 2 | R\$ 3.587,74 | R\$ 4.843,45 | R\$ 5.740,39 | R\$ 6.637,32 | R\$ 7.175,48 |
| | 3 | R\$ 3.822,45 | R\$ 5.160,31 | R\$ 6.115,93 | R\$ 7.071,54 | R\$ 7.644,91 |
| | 4 | R\$ 4.057,17 | R\$ 5.477,17 | R\$ 6.491,47 | R\$ 7.505,76 | R\$ 8.114,33 |
| | 5 | R\$ 4.291,88 | R\$ 5.794,04 | R\$ 6.867,01 | R\$ 7.939,98 | R\$ 8.583,76 |
| | 6 | R\$ 4.526,59 | R\$ 6.110,90 | R\$ 7.242,54 | R\$ 8.374,19 | R\$ 9.053,18 |
| | 7 | R\$ 4.761,30 | R\$ 6.427,76 | R\$ 7.618,08 | R\$ 8.808,41 | R\$ 9.522,61 |
| | 8 | R\$ 4.996,01 | R\$ 6.744,62 | R\$ 7.993,62 | R\$ 9.242,63 | R\$ 9.992,03 |
| | 9 | R\$ 5.230,73 | R\$ 7.061,48 | R\$ 8.369,16 | R\$ 9.676,84 | R\$ 10.461,45 |
| | 10 | R\$ 5.465,44 | R\$ 7.378,34 | R\$ 8.744,70 | R\$ 10.111,06 | R\$ 10.930,88 |
| | 11 | R\$ 5.700,15 | R\$ 7.695,20 | R\$ 9.120,24 | R\$ 10.545,28 | R\$ 11.400,30 |
| | 12 | R\$ 5.934,86 | R\$ 8.012,07 | R\$ 9.495,78 | R\$ 10.979,50 | R\$ 11.869,73 |

- Art. 3.º** Aos servidores vinculados a tabela específica do perfil de Fiscal de Tributos, conservar-se-á os mesmos critérios da estrutura dos demais “Técnico de Arrecadação e Fiscalização – TAF”, visto que suas atribuições e estrutura permaneceram intactas e sempre será regulamentada por critérios de:

I- Progressão funcional baseada em desempenho, qualificação e tempo de serviço;



Prefeitura Municipal de A
ESTADO DE MATO G
CNPJ 15.023.906/0001

Materia Legislativa - 2373/2025
Tipo: PL - Projeto de Lei Executivo
Data: 25 de Setembro de 2025
Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS DA
LEI MUNICIPAL N.
1.107.2001, E DÁ OUTRAS
ROVIDÊNCIAS.

Lido em 29 SET, 2025

Responsável

II- Requisitos de escolaridade mínima compatíveis com a complexidade das atribuições;

III- Estrutura remuneratória composta por vencimento básico, gratificações específicas e incentivos à produtividade.

Art. 4.º - Acrescenta o Art. 11A, a Lei Municipal n.º 1.107/2001 com a seguinte redação:

Art. 11A. O perfil de Fiscal de Tributos é estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme Anexo nomeado de "FISCAL DE TRIBUTOS – 40H" da presente lei.

§ 1º - As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I - Classe A - habilitação em nível de ensino médio completo, ou aprovado em concurso anterior sem exigência de escolaridade;

II - Classe B - habilitação em nível médio completo e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação;

III - Classe C - ensino superior completo, na especificidade da área de atuação com diploma registrado nos conselhos de classe;

IV - Classe D – pós-graduação lato sensu na área específica de atuação, com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V - Classe E – segundo curso de pós-graduação lato sensu, na especificidade da área de atuação, com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta horas) cada; ou título de Mestre, Doutor ou PhD.

§ 2º - A progressão horizontal, Classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 03 (três) anos da Classe A para B, 03 (três) anos da Classe B para C, 03 (três) anos da Classe C para D e 03 (três) anos da Classe D para E.

§ 3º - Cada Classe desdobra-se em 12 (doze) níveis, indicados por numerais arábicos, que constituem a linha vertical de progressão, que obedecerá à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício de 03 (três) anos.

§ 4º - Os cursos de aperfeiçoamento constantes no inciso II, deste artigo, poderão ser considerados através do somatório, desde que tenha carga horária de no mínimo 40 (quarenta) horas.

§ 5º - Poderá ser considerado como aperfeiçoamento o período do Curso de Graduação para aqueles que não concluíram, porém já cumpriram 50% (cinquenta por cento) da carga horária, e estejam cursando o referido curso, desde que o curso seja relacionado com a área de atuação do servidor.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em 01 de DEZ de 2025
na Sessão ORDINARIA

Assinatura do(a) Vereador(a)



Prefeitura Municipal de ESTADO DE MATO CNPJ 15.023.906/01

Materia Legislativa - 2373/2025
Tipo: PL - Projeto de Lei Executivo
Data: 25 de Setembro de 2025
Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS DA
LEI MUNICIPAL N.
1.107.2001, E DÁ OUTRAS
ROVIDÊNCIAS.

Art. 5.º -
Lido em 29 SET/2025
[Assinatura]
Responsável

Os atuais servidores efetivos ocupantes do perfil de Fiscal de Tributos poderão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei, optar pelo enquadramento para a nova tabela exclusiva, mediante requerimento formal à Secretaria de Governo, Gestão e Planejamento.

§1º O enquadramento para a nova tabela será facultativo, irretratável e irrevogável, preservando-se os direitos adquiridos, o tempo de serviço e demais vantagens funcionais já incorporadas.

§2º O servidor que não optar pelo enquadramento na nova tabela permanecerá vinculado à estrutura atual do PCCS, sem prejuízo da sua estabilidade ou remuneração vigente.

Art. 6.º - Fica vedada a inclusão, na nova tabela de vencimentos criada por esta Lei, de carreiras diversas do PCCS, exceto os servidores efetivos ocupantes do cargo de Técnico de Arrecadação e Fiscalização que atuem nas atividades de fiscalização de tributos, obras e postura, vigilância sanitária e ambiental, que optarem pela transição para a nova tabela do perfil de Fiscal de Tributos, desde que atendam aos requisitos mínimos de escolaridade e que o curso seja relacionado com a área de atuação da função de Fiscal de Tributos.

Art. 7.º - A regulamentação desta Lei será feita por decreto do Poder Executivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, incluindo os critérios de progressão, avaliação de desempenho e enquadramento funcional.

Art. 8.º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9.º - Autoriza-se a reedição da Lei n.º 1.107/2001 com as respectivas alterações desta Lei.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2026.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alta Floresta/MT, em 19 de setembro de 2025.

[Assinatura]
VALDEMAR GAMBA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em 29 discussão e votação
na Sessão ORDINÁRIA
de 01 DEZ 2025
[Assinatura]
Macedo, Diratona



Prefeitura Municipal de Alta Floresta

Lido em 29 SET 2025

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

Responsável

Materia Legislativa - 2373/2025
Tipo: PL - Projeto de Lei Executivo
Data: 25 de Setembro de 2025
Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS DA
LEI MUNICIPAL N.
1.107.2001, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

JUSTIFICATIVA

Apraz-nos encaminhar a Vossa Excelência para exame e indispensável aprovação o incluso **Projeto de Lei nº 2.373/2025**, de nossa iniciativa, que em súmula: **“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL nº 1.107/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A presente proposta legislativa busca reconhecer a natureza estratégica do cargo de Fiscal de Tributos para a sustentabilidade financeira do Município de Alta Floresta/MT, adequando sua remuneração e carreira às especificidades da função, que exige qualificação técnica, responsabilidade fiscal e exposição a riscos operacionais.

O Fiscal de Tributos é agente essencial para a eficácia da política tributária municipal, atuando diretamente na arrecadação de receitas próprias, combate à sonegação e fiscalização de atividades econômicas.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, estabelece os princípios da eficiência, moralidade e valorização do serviço público, reforçados pelo Art. 39, 1º, que autoriza a criação de planos de carreira específicos para atividades estratégicas. O cargo de Fiscal de Tributos enquadra-se nessa exceção, dada sua natureza essencial para a autonomia financeira municipal, conforme preceitua o Art. 156 da CF/88, que atribui aos municípios competência para instituir e fiscalizar tributos.

Ademais, a Emenda Constitucional 132/2023, que instituiu o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), ampliou significativamente as responsabilidades dos fiscais, demandando especialização técnica, capacidade de auditoria complexa e adaptação a um sistema tributário unificado. A manutenção da receita municipal dependerá, cada vez mais, da atuação qualificada desses profissionais para garantir a justiça fiscal.

A criação de uma tabela específica para os Fiscais de Tributos, desvinculando da tabela geral dos TAF's justifica-se pela singularidade das atribuições, que demandam:

- Conhecimento técnico em legislação tributária e fiscal;
- Habilidades de auditoria e negociação;
- Exposição a conflitos e pressões no exercício do poder de polícia.

Assim, a proposta está subsidiada no amparo Constitucional do Art. 39, §1º da CF/88, *in verbis*:

“Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II - os requisitos para a investidura;
- III - as peculiaridades dos cargos.”

Portanto, a iniciativa viabiliza uma gestão tributária eficiente, valoriza o desempenho individual e reforça a sustentabilidade financeira do Município, equilibrando os interesses da administração pública com a responsabilidade fiscal, conforme fundamentado na Constituição Federal, na Lei Complementar 101/2000 (LRF), que exige contrapartida fiscal para alterações remuneratórias e no Estatuto do Servidor Público Municipal, que assegura a isonomia sem prejudicar a especialização.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em 01 de DEZ 2025
na Sessão ORDINÁRIA 01

Marcos Oliveira



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

Diante do exposto, modernizar a carreira de Fiscal de Tributos é condição essencial para que Alta Floresta/MT enfrente os desafios do IBS, garanta sua receita e cumpra seu papel constitucional na promoção do desenvolvimento local.

Tendo em vista o interesse público, encaminhamos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, e solicitamos aos nobres Edis, que a matéria ora encaminhada seja analisada e obtenha a deliberação favorável em sua íntegra.

Reiteramos a Vossa Excelência a nossa expressão de grande estima e apreço.

Prefeitura Municipal de Alta Floresta-MT, em 19 de setembro de 2025.

VALDEMAR GAMBA
Prefeito Municipal

Lido em 29/SET/2025

Responsável

Materia Legislativa - 2373/2025
Tipo: PL - Projeto de Lei Executivo
Data: 25 de Setembro de 2025
Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS DA
LEI MUNICIPAL N.
1.107.2001, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em un discussão e votação
na Sessão ORDINÁRIA

de 01 DEZ/2025

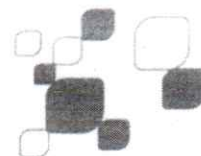
Mesa Diretora



Alta Floresta
PREFEITURA

mais por nossa gente

SECRETARIA DE
Fazenda



Estudo de Impacto Folha de Pagamento

Lido em **9 SET 2025**

Responsável

De: Secretaria de Fazenda/Direção de Contabilidade

Para: Direção de Arrecadação

Assunto: ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Data: 15/08/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em **11** de **01** de **DEZ 2025**
na Sessão **ORDINÁRIA**

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTARIO-FINANCEIRO

OBJETO:

Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro referente sobre Alteração Tabela Fiscal de Tributos.

Lei Complementar nº 101, de 04 de março de 2000.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA:

Este quadro apresenta a projeção da RCL - Receita Corrente Líquida, para os exercícios de 2025, 2026 e 2027. *Utilizando como base a Receita Arrecadada nos exercícios de 2023 e 2024, para estimativa das receitas de 2025, 2026 e 2027.*

QUADRO I - PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

| EVENTOS | Valor Previsto para 2025 | Valor Previsto para 2026 | Valor Previsto para 2027 |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Receita Corrente Liquida | 290.871.315,05 | 301.895.337,89 | 313.337.171,20 |

**Receita Corrente Liquida, aumento de 3,79%, de 2023 para 2024. Base para aumento nos exercícios 2025, 2026 e 2027.*

Para elaboração da RCL - Receita Corrente Líquida, que é base para apuração dos limites de gastos com pessoal, utilizou-se a variação entre as receitas arrecadadas nos exercícios de 2023 e 2024.

Direção de Contabilidade

(66) 3512-3126

Travessa Álvaro Teixeira Costa, N° 50,
Canteiro Central, Alta Floresta - MT

www.altafloresta.mt.gov.br

contabilidade@altafloresta.mt.gov.br

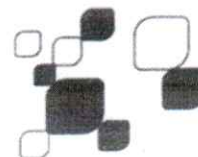
CNPJ N°15.023.906/0001-07



Alta Floresta
PREFEITURA

mais por nossa gente

SECRETARIA DE
Fazenda



Receita Corrente Líquida: 2023 – R\$ 270.003.849,24

Receita Corrente Líquida: 2024 – R\$ 280.249.845,89

Aumento Receita Corrente Líquida: R\$ 280.249.845,89 – R\$ 270.003.849,24 = R\$ 10.245.996,65.

Aumento estimativo de 3,79%

Aumento Permanente da RCL 2025:

(RCL 2024 * 3,79%)

(280.249.845,89 * 3,79%)

290.871.315,05

Lido em 29 SET 2025

Responsável

Aumento Permanente da RCL 2026:

(RCL 2025 * 3,79%)

(290.871.315,05 * 3,79%)

301.895.337,89

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em 11 discussão e votação
na Sessão ORDINÁRIA

Aumento Permanente da RCL 2027:

(RCL 2026 * 3,79%)

(301.895.337,89 * 3,79%)

313.337.171,20

de 1, DEZ 2025

Mesa Diretora

Em cumprimento às determinações do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de março de 2000, demonstramos nas planilhas a seguir os percentuais e o montante de desembolso a ser gerado pela alteração, com a revisão dos vencimentos aos servidores do Executivo Municipal.

QUADRO II – DESPESA COM PESSOAL (últimos 12 meses de janeiro a dezembro 2024).

Base cálculo para os exercícios de 2025, 2026 e 2027.

| DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS | | |
|---|-----------------------|---------------|
| DESCRIÇÃO | 2024 | |
| Receita Corrente Líquida | 280.249.845,89 | |
| Salários | 132.330.203,15 | |
| Encargos Sociais/INSS | 6.888.986,73 | |
| Encargos Sociais/IPREAF | 9.814.366,90 | |
| Total do Gasto com Pessoal (último 12 meses) | 149.033.556,78 | 53,18% |

*Despesa total com pessoal correspondente ao período de janeiro/2024 a dezembro/2024

*Total folha últimos 12 meses R\$ 149.033.556,78. Vencimentos R\$ 132.330.203,15. Encargos sociais/INSS R\$ 6.888.986,73 e Encargos sociais/IPREAF R\$ 9.814.366,90. Base de cálculo para os exercícios 2025, 2026 e 2027.

QUADRO III – PROJEÇÃO DE DESEMBOLSO (Considerando Reajuste Geral Anual 5,00% para 2025, 3,00% para 2026 e 3,30% para 2027), Base de R\$ 149.033.556,78, para 2025, 2026 e 2027.

| DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|
| DESCRIÇÃO | 2025 | 2026 | 2027 |
| Salários | 138.946.713,31 | 143.115.114,71 | 147.837.913,50 |

Direção de Contabilidade

(66) 3512-3126

Travessa Álvaro Teixeira Costa, Nº 50,
Canteiro Central, Alta Floresta - MT

www.altafloresta.mt.gov.br

contabilidade@altafloresta.mt.gov.br

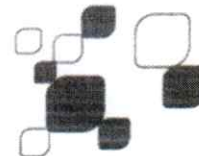
CNPJ Nº15.023.906/0001-07



Alta Floresta
PREFEITURA

mais por nossa gente

SECRETARIA DE
Fazenda



RESPONSÁVEL
19 DE SET 2025

| | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Encargos Sociais/INSS RGA (4,83%) + Aumento Alíquota (4,00%) | 7.522.773,51 | 7.748.456,71 | 8.004.155,78 |
| Encargos Sociais/IPREAF RGA (4,83%) + Aumento Alíquota (0,54%) | 10.360.732,70 | 10.671.554,69 | 11.023.715,99 |
| TOTAL DO GASTO PREVISTO PARA O EXERCÍCIO | 156.830.219,52 | 161.535.126,11 | 166.865.785,27 |

*Projeto de Lei apresentado ao Legislativo Municipal para aprovação.

*Para o exercício de 2025 foi atualizado o gasto com pessoal em 5,00%. Período (janeiro 2024 a dezembro 2024)

*Percentual de 4,00% correção alíquota INSS e 0,54%, correção alíquota IPREAF.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em discussão e votação
na Sessão ORDINÁRIA de 01 DEZ/2025

QUADRO IV – GASTO COM PESSOAL CONSIDERANDO ALTERAÇÃO DA TABELA DE FISCAL DE TRIBUTOS.

| Cargos | Quant. | Subsídio | Subsídio Corrigido | Aumento | % Encargo Patronal | Encargo Patronal | Subsídio+Encargo |
|--------------------|--------|-----------|--------------------|-----------|--------------------|------------------|------------------|
| Fiscal de Tributos | 13 | 78.349,23 | 99.804,62 | 21.455,39 | 17,00% | 3.647,42 | 25.102,81 |

| Cargos | Quant. | Despesa Mensal | Subsídio+13%+1/3 Férias |
|--------------------|--------|----------------|-------------------------|
| Fiscal de Tributos | 13 | 25.102,81 | 338.887,89 |

QUADRO V – GASTO COM PESSOAL (Considerando Reajuste Geral Anual 5,00% para 2025, 3,00% para 2026 e 3,30% para 2027), Brigadista, Agentes Comunitários de Saúde/Combates às Endemias, Reajuste Professores, Médicos Veterinários, Agrônomo e Fiscal de Tributos.

| DESCRIÇÃO | 2025 | 2026 | 2027 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Gasto com Pessoal (Quadro III) | 156.830.219,52 | 161.535.126,11 | 166.865.785,27 |
| Brigadista | 71.269,88 | | |
| Agentes Comunitários de Saúde/Combates às Endemias | 157.890,27 | 325.253,95 | 335.987,33 |
| Reajuste Professores | 3.092.943,10 | 6.371.462,78 | 6.581.721,05 |
| Médicos Veterinários e Agrônomo | 146.275,77 | 361.593,70 | 373.526,29 |
| Fiscal de Tributos | 112.962,63 | 349.054,52 | 360.573,32 |
| Total | 160.411.561,17 | 168.942.491,06 | 174.517.593,26 |

*Tabela de Fiscal de Tributos em 2025, referente a 4 meses, de setembro a dezembro, R\$ 338.887,89/12*4 = 112.962,63. 2026 reajuste de 3,00% e 3,30% para 2027, na base de 338.887,89.

QUADRO VI – GASTO COM PESSOAL DO EXECUTIVO (RCL ESTIMADA). EXERCÍCIO 2025

| | | |
|--|----------------|--------|
| Receita Corrente Líquida | 290.871.315,05 | |
| Limite Legal | 157.070.510,13 | 54,00% |
| Limite Prudencial | 149.216.984,62 | 51,30% |
| Despesa após alteração Tabela Fiscal de Contrato | 160.411.561,17 | 55,15% |

QUADRO VII – GASTO COM PESSOAL DO EXECUTIVO (RCL ESTIMADA). EXERCÍCIO 2026

| | | |
|--|----------------|--------|
| Receita Corrente Líquida | 301.895.337,89 | |
| Limite Legal | 163.023.482,46 | 54,00% |
| Limite Prudencial | 154.872.308,34 | 51,30% |
| Despesa após alteração Tabela Fiscal de Contrato | 168.942.491,06 | 55,96% |

Direção de Contabilidade

(66) 3512-3126

Travessa Álvaro Teixeira Costa, N° 50,
Canteiro Central, Alta Floresta - MT

www.altafloresta.mt.gov.br

contabilidade@altafloresta.mt.gov.br

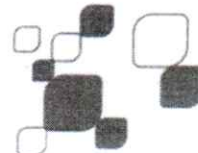
CNPJ N°15.023.906/0001-07



**Alta
Floresta**
PREFEITURA

mais por nossa gente

SECRETARIA DE
Fazenda



QUADRO VIII - GASTO COM PESSOAL DO EXECUTIVO (RCL ESTIMADA). EXERCÍCIO 2027

| | | |
|--|----------------|--------|
| Receita Corrente Líquida | 313.337.171,20 | |
| Limite Legal | 169.202.072,45 | 54,00% |
| Limite Prudencial | 160.741.968,83 | 51,30% |
| Despesa após alteração Tabela Fiscal de Contrato | 174.517.593,26 | 55,70% |

Verifica-se no quadro I estimativa para arrecadação da RCL - Receita Corrente Líquida, a ser realizada para o exercício de 2025, que a apuração do gasto com pessoal após a Alteração da Tabela de Fiscal de Tributos - *excederá o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.*

Lido em 29 SET/2025

[Assinatura]
Responsável

Cordialmente.

Ademir Caioni
Contador Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em un discussão e votação
na Sessão ORDINARIA de 01 DEZ, 2025

42
[Assinatura]
Diretora

Direção de Contabilidade

(66) 3512-3126

Travessa Álvaro Teixeira Costa, Nº 50,
Canteiro Central, Alta Floresta - MT

www.altafloresta.mt.gov.br

contabilidade@altafloresta.mt.gov.br

CNPJ Nº15.023.906/0001-07